



REVISTA QUINZENAL
 Nº 1 — 1ª a 15 de novembro de 1969
 Preço do exemplar: NCr\$ 1,00

ECONÔMICO



DELEGACIA DE ESTATÍSTICA NO RIO G. NORTE
 - FUNDAÇÃO IBGE

Em dezembro:

Vá ao Recife de carro. É só asfalto

ALGODÃO DIFÍCIL

A cultura do algodão continua em dificuldades no Rio Grande do Norte. O empirismo das técnicas de cultivo, a irregularidade das chuvas, a preferência dos produtores pelo algodão herbáceo, a carga tributária, etc., são fatores contrários que acarretam uma baixa safra este ano. (pág. 2)

CRIAÇÃO DE PEIXE

Os estudos do professor Monte, diretor do Instituto de Biologia Marinha, comprovam a rentabilidade da criação de peixe em viveiros. Aproveitando algumas teses do professor Monte, já se está elaborando um projeto a ser encaminhado à Sudene, para a criação de peixe em cativeiro. O peixe pode dar ao nordestino as proteínas que ele não tem. (pág. 4)

SCHEELITA VALE OURO

Volta a se estabilizar o mercado da scheelita. E isto é uma das melhores notícias para o Rio Grande do Norte, Estado onde se encontram os maiores depósitos desse minério no continente. (pág. 8)

PERSPECTIVAS

O economista Benivaldo Azevedo fala sobre as perspectivas de desenvolvimento do Rio Grande do Norte, analisando em todos os ângulos as possibilidades do Estado. (pág. 13)

BOLSA DE VALORES

Depois de alguns anos, volta a Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte a se movimentar. Dentro de alguns dias, a Bolsa terá de novo os seus pregões diários. Como vai funcionar este órgão, num Estado onde só existe uma sociedade de capital aberto? (pág. 5)

Até o fim do ano a estrada Natal-Recife (trecho da BR-101) estará totalmente concluída. Atualmente restam menos de 14 quilômetros a serem pavimentados pelo Batalhão de Engenharia e Construção que complementarão os 140 que ficaram sob a responsabilidade desta unidade do Exército.

Conforme informações do BEC, a data para a inauguração de todo o percurso dependerá apenas de entendimentos

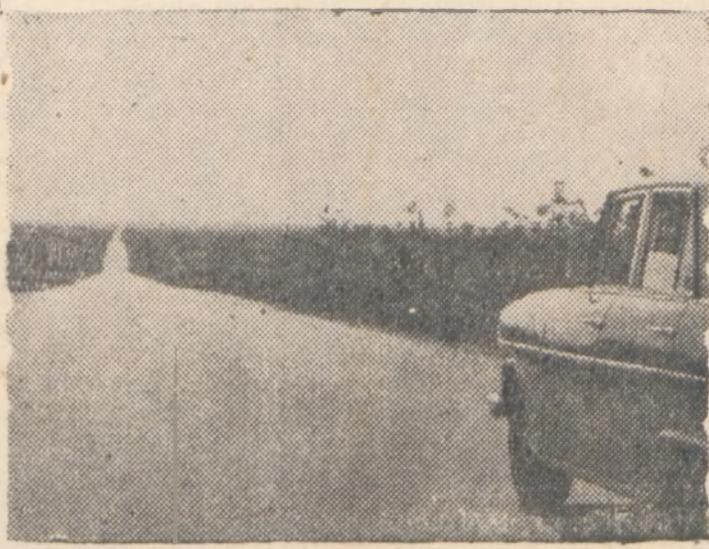
que o comandante do Grupoamento terá com o Ministério dos Transportes, ocasião em que fixará em definitivo o dia para que a obra seja entregue oficialmente ao tráfego. Esta data, segundo a mesma fonte, deverá ser marcada para a segunda quinzena do mês de dezembro.

Rodovia da integração — Já o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem está tentando junto ao Ivirning Trust

Bank um empréstimo de 5 milhões de dólares. Caso venha a obter êxito — e parece que vai ter — deverá pavimentar a estrada que liga Mossoró a Pau dos Ferros. São 189 quilômetros. Com isso, não seria asfaltado, pelo menos a curto prazo o trecho da Estrada do Sal, na parte de João Câmara a Macau.

Com a pavimentação de Pau dos Ferros-Mossoró e, posteriormente sendo feita também a sua ligação com Calcoé, se conseguiria a integração do chamado Alto-Oeste com a mais importante cidade do interior, Mossoró, que polariza a produção de um terço dos municípios do Estado.

Outro argumento do sr. Fernando Bezerra, diretor do DER, em favor da Pau dos Ferros-Mossoró é de que está sendo asfaltada a BR-116 que ligará o Ceará com a Paraíba sem passar pelo Rio Grande do Norte. Com isso, o Estado viria a perder o tráfego de veículos por aquela região, o que seria uma perda econômica de grande alcance.



BANCO S. GURGEL S. A.



UM BANCO DA TERRA
 PARA GERIR
 AS RIQUEZAS DA TERRA



Mossoró e Natal

Consultoria,
Assessoria,
Procuradoria de empresas.

PEDRO SIMÕES NETO
HAMILTON DE SÁ DANTAS
EMMANUEL C. OLIVEIRA CA-
VALCANTI
ADVOGADOS

Direito Fiscal
Direito Trabalhista
Direito Administrativo e Muni-
cipal

Escritório:

Ed. 21 de Março, s/106 —
1º andar — Fone 2294

ALEICA

REVENDEDORES DE

materiais de engenharia,
topografia
desenho,
máquinas copiadoras
fotostáticas.

DISTRIBUIDORES DA

KODAK BRASILEIRA INDÚS-
TRIA & COMÉRCIO

Agora com departamento para
revelações, ampliações e repor-
tagens fotográficas.

LOJA:

RUA FELIPE CAMARAO, 718

ESCRITÓRIO:

RUA PRINCESA ISABEL, 849

Pequena safra, preço menor.

É o algodão

No Rio Grande do Norte a cultura do algodão está passando por grandes dificuldades. O produto tem apresentado um baixo rendimento, em consequência do empirismo das técnicas agrícolas, observando-se que os proprietários de terras mantêm a cultura por causa das culturas de subsistência consociadas. Por outro lado, a cultura algodoeira sempre fornece uma renda monetária certa, não despertando, entretanto, no setor terciário da economia (os usineiros e os intermediários), a necessidade de inversões para a melhoria da produção, ou do beneficiamento do produto.

Redução da safra — No período 68/69, a produção do Rio Grande do Norte alcançou um volume de 23 mil toneladas de algodão em pluma, prevendo-se para o período 69/70 — cuja safra atinge agora o auge — uma redução de 10 por cento na produção total.

Assim, a safra do produto não se apresenta como das melhores, neste ano. Segundo produtores e compradores, e entendidos no assunto, a irregularidade das chuvas durante este ano e outros fatores climáticos, além da tendência de queda da produtividade com que se vem deparando a cultura nos últimos dez anos. Essa crescente queda de produtividade tem, entre outras causas, a preferência dos produtores pelo algodão herbáceo, de inferior rentabilidade e qualidade, preferência esta que já chega a atingir tradicionais áreas de cultivo do famoso algodão mocó — o nosso melhor tipo. O algodão herbáceo compensa melhor o produtor dos custos com a cultura pelo rápido ciclo produtivo, desde a plantação até a colheita. No Esta-

do, esse ciclo chega a 90 dias o que é um convite a que se plante o algodão de fibra inferior, porquanto a renda vem mais cedo ao agricultor, dando-lhe condições de saldar suas despesas e seus empréstimos junto aos bancos, ao contrário do algodão mocó que só a partir do segundo ano oferece rentabilidade.

Concorrência sulina — Os Estados do Sul, principalmente São Paulo e Paraná, que apresentam uma produtividade de algodão herbáceo superior a 1.000 Kg/ha, concorrem fortemente contra o Rio Grande do Norte que apenas consegue uma irrisória taxa de 200 a 250 quilos por hectare.

Problema de preço — O algodão em rama nesta safra tem o seu preço oscilando em torno de NCr\$ 0,55, atingindo até NCr\$ 0,60, em alguns municípios. No Estado, os principais compradores do produto são: Sanbra, Algodoeira São Miguel, Nóbrega & Dantas, Alfredo Fernandes, Alsecosa, Tertuliano Fernandes, Theodorico Bezerra, Medeiros & Cia., Ferreira de Melo, entre outras.

Em documento apresentado ao recente Encontro do algodão, realizado em Natal em agosto último, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Norte fez ver que "a melhoria da produtividade e qualidade do nosso algodão poderia ser conseguida através de bonificações, oficialmente estabelecidas, pagas ao produtor, visando à redução dos custos de produção", alegando que um hectare de algodão consociado a milho e feijão, entre nós, custa, até atingir o tempo de sua colheita, a importância de NCr\$ 634,56 com a receita por hectare atingindo apenas NCr\$ 755,00.

RN-ECONÔMICO

Revista Quinzenal - N. 1 - 1.º a 15 de novembro

SENHOR EMPRESÁRIO

Mobilizamos uma equipe de jornalistas, economistas, advogados e, inclusive, empresários para escrever a primeira publicação editada no Rio Grande do Norte, destinada aos homens que lidam com os problemas econômico-financeiros do Estado.

É a revista RN-ECONÔMICO, que a partir desta data circulará quinzenalmente, reportando em linguagem dinâmica, as atividades da nossa indústria, comércio, agricultura, enfim de todos os setores intrinsecamente ligados à nossa economia.

Pelo nosso esforço e pelo vazio que estamos preenchendo na imprensa do Rio Grande do Norte, estamos confiantes de que RN-ECONÔMICO virá a ser uma revista de leitura obrigatória para o homem de negócio, pois ela cuidará objetivamente daqueles assuntos indispensáveis, dentro de uma linha de imparcialidade e sem vinculações. Esperamos sua manifestação sobre o nosso trabalho.

MARCELO FERNANDES
MARCOS AURÉLIO DE SÁ

Diretores

Diretores

Marcelo Fernandes
Marcos Aurélio de Sá

Editor Geral

Antônio Melo

Redatores

Albimar Furtado
Alcimar de Almeida
Djair Dantas

Colaboradores

Ademar de Medeiros Netto
Benivaldo Azevedo
Eider Furtado
Geraldo José de Melo
Hênio Melo
Heyder Moura
João Wilson Mendes Melo
Leonardo Bezerra
Mário Moacyr Pôrto
Otto de Brito Guerra
Reginaldo Teófilo
Severino de Brito

Diagramação e Publicidade

Sebastião Carvalho

RN-Econômico, revista especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da Editora RN-Econômico Ltda. — Rua Seridó, 426, 1º andar, Natal (RN) — e impressa na Gráfica Manimbú — Rua Açu, 666, Natal, RN. — Preço do exemplar: NCr\$ 1,00.

ENGORDAR PEIXE, SOLUÇÃO ECONÔMICA

O Professor Sebastião Monte, Diretor do Instituto de Biologia Marinha da UFRN, cientista conhecido no Exterior, dedica quase todos os dias da semana ao estudo para comprovar a validade econômica da criação de peixes em viveiros. Para efetuar este trabalho, dispõe de alguns auxiliares, de uma parte das instalações do próprio Instituto de Biologia Marinha, e de três hectares de tanques, na margem esquerda do Rio Potengi, próximo à praia da Redinha. Com estes recursos, o Professor Monte experimenta sobre melhores tipos de alimentação para os peixes, seleciona espécies mais rentáveis, emprega técnicas diversas de engenharia na construção dos viveiros, e, no futuro, verificará a possibilidade da criação de camarões e ostras.

O trabalho do Diretor do IBM está encontrando a melhor receptividade junto aos órgãos de desenvolvimento do Estado e a Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte — COFERN — fornecerá ao Professor Monte, através de convênio com a Universidade, a soma de 100 mil cruzeiros novos para financiamento de um estudo de longo alcance sobre a criação do peixe em cativeiro e sobre a sua reprodução em laboratório, por hipofização.

Um bom negócio — Há duzentos anos se adota no Rio Grande do Norte, nas áreas salinares, a criação de peixes em viveiros. Os viveiros são os próprios chocadores das salinas, para onde os peixes entram naturalmente, sem que para isso se empregue nenhuma técnica. E nesse sistema, se consegue, por ano, nos municípios de Canguaretama e Arês, uma produção média de 150 quilos de peixe, por hectare de viveiro.

Com um pouco de técnica, com a seleção de espécies de peixes, e evitando-se a penetração nos viveiros de peixes predadores, afirma o Professor Monte que a produção por hectare poderá ser elevada em muito mais de cem por cento. Essa afirmação do cientista é comprovada pelo Sr. Josué Teixeira de Carvalho, que cria peixes na margem esquerda do Rio Ceará-Mirim, há três quilômetros do litoral, numa área de 25 hectares de viveiros. Ele emprega o mínimo de técnica, pois dispõe de poucos meios para um trabalho completo. Entretanto, sua produção, por hectare, já é bem superior a

500 quilos, e o seu objetivo, a médio prazo, é aumentar dez vezes esta produção.

A Sudene no negócio — Em 1965, o Sr. Josué Teixeira de Carvalho investiu os seus bens na construção de uma salina, numa região de 60 hectares, em Ceará-Mirim. Em seguida, houve a importação de sal, acontecimento que deixou a indústria salina numa crise que perdura até hoje, com a falência das pequenas salinas. Cômico do desastre, o Sr. Josué Teixeira de Carvalho delineou, como uma fórmula de não perder os seus investimentos, a transformação da salina em viveiros. E, daquela época para cá, ele vem aprendendo novas técnicas e aplicando novos métodos ao tradicional sistema de criação de peixe em cativeiro, obtendo resultados otimistas.

Há poucos meses, ele decidiu ampliar seu trabalho. Junto à Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte conseguiu o financiamento para mandar elaborar um projeto a ser enviado ao Conselho Deliberativo da Sudene. Este projeto já está em adiantada fase de elaboração, sob a responsabilidade da Induplan, e poderá seguir para a Sudene dentro de algumas semanas. O Sr. Josué Teixeira de Carvalho constituiu a empresa com a razão social de Santa Mônica Industrial Sociedade Anônima (Samisa), da qual é diretor-presidente. Como diretor-comercial a empresa tem o Sr. Ney Eufrásio de Santana, e como diretor-técnico terá, possivelmente, o Professor Sebastião Monte, que está sendo consultado sobre o assunto.

Aproveitando a área de 60 hectares de tanques, a Samisa terá capacidade anual de produção de 300 toneladas de peixe de primeira qualidade, caso as perspectivas do diretor-presidente se realizem.

Em resposta à carta-consulta que lhe foi endereçada, a Sudene achou viável o projeto, que é o primeiro do país para criação de peixes selecionados de água salgada em cativeiro. O parecer da Sudene foi dado em vista da experiência internacional, pois vários países de adiantada indústria de pesca, como a Inglaterra e Israel, criam peixe neste estilo e com alta rentabilidade.

O Estado vai lucrar — Calculam os nossos geógrafos que o Rio Grande do Norte possui algumas dezenas de milhares de hectares de terras situadas

em regiões de mangues ou propícias a salinas, podendo todas elas serem integralmente aproveitadas em projetos de criação de peixe em cativeiro, o que permitiria uma produção anual de milhões de quilos de peixe de primeira qualidade. O mesmo processo de criação também pode ser estendido aos camarões e às ostras, bem como a outros crustáceos, conforme teses levantadas pelo Diretor do Instituto de Biologia Marinha. Essa realidade poderia provocar o surgimento em alta escala da indústria da pesca no Rio Grande do Norte, e o Estado poderia passar a uma exportação sistemática do pescado.

Considera o Professor Sebastião Monte que as áreas de todas as salinas deficitárias do Rio Grande do Norte, numa primeira etapa, poderiam ser transformadas em viveiros, partindo-se em seguida para o aproveitamento de outras regiões, como os mangues e margens de alguns rios, inteiramente impróprios para a agricultura. Acha ainda o cientista que a tainha é o peixe ideal para a criação em tanques, pois é muito abundante nas costas do Estado e atinge bom índice de crescimento, sendo ainda considerado de primeira qualidade pelos consumidores. Portanto, no seu entender, a primeira etapa de um projeto deveria ser a criação somente de tainhas. A segunda etapa seria adaptar outros gêneros ao cativeiro, e a terceira seria obter a reprodução das espécies em laboratórios, pois elas não se reproduzem em viveiros. Com uma alimentação especial, ainda assinala o Professor Monte, se pode conseguir que o peixe cresça na base de um quilo por ano. E evitando-se a penetração de peixes predadores nos viveiros praticamente não haverá perdas.

Mais proteínas para o povo — "Somos uma região que importa alimentos" — afirma o diretor do Instituto de Biologia Marinha da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E prossegue: "Nosso povo tem grande carência de proteínas. Somente consumindo o peixe, que tem tão boa proteína quanto a carne, será suprimida esta carência. Além de tudo, o peixe é mais barato, enquadrando-se mais no poder aquisitivo do povo". E conclui: "O peixe de viveiro resolverá o problema de alimento do Nordeste, podendo chegar a abastecer o mercado nacional e até a ser exportado".

Possuir um malote aéreo privado pelo qual você remete (ou recebe) todos os dias documentos e correspondência de sua empresa para qualquer parte do Brasil, não é mais um privilégio.

Basta reservá-lo no

AÉREO RÁPIDO

Transportes Limitada

EFICIÊNCIA COMPROVADA EM
15 ANOS DE ATUAÇÃO

Agente em Natal: — Almeres Alves da Silva — Praça Augusto Severo, 109

Agente em Mossoró: — José Moreira da Silva — Rua José de Alencar, 79

Agente em Caicó: — Francisco de Assis de Góis — Av. Olegário Vale, 1205

O AÉREO RÁPIDO tem agentes em mais 12 cidades do Estado

Os laboratórios

Profarquímica S. A.

produzem em Natal

medicamentos

para o Nordeste

brasileiro.

Profarquímica S. A.

é a maior indústria
de produtos químicos
e farmacêuticos
criada com incentivos
da SUDENE.

BOLSA VAI TER

PREGÕES OUTRA VEZ

A Bolsa Oficial de Valores do Rio Grande do Norte voltará a ter um funcionamento normal a partir dos próximos dias, segundo garante o seu presidente, snr. Breno Fernandes Barros, que para tanto mobilizou-se junto ao Banco Central e a outros organismos dos quais vem recebendo total apoio.

De início, apenas as ações das **Confecções Gurarapes S/A** única empresa de capital aberto do Estado registrada no Banco Central, entrarão nos pregões diários da Bolsa de Valores juntamente com os títulos e letras de câmbio das duas únicas empresas financeiras locais a **Natalcred** e a **Rionorte**. Mas, está convicto o snr. Breno Fernandes Barros de que, muito em breve, novas sociedades de capital aberto surgirão no Rio Grande do Norte, como decorrência natural da reforma econômica que se está implantando no Brasil.

Mercado de Capitais — “No país, disse o Presidente da Bolsa, existem cerca de 50 mil sociedades anônimas, e delas apenas 300 se constituem sociedades de capital aberto. Isto ocorre porque o empresário ainda não despertou para o fato de que é muito mais vantajoso ir ao público para obter capital do que ir aos bancos, onde são onerosas as taxas de juros pelos empréstimos, que cedo ou tarde terão também de ser liquidados. O capital conseguido junto ao público não paga juros nem precisa ser devolvido. Por isso, a tendência das sociedades de capital aberto é de cada dia crescerem mais, até absorverem as pequenas empre-

sas de capital fechado”.

Por outro lado, declarou ainda o snr. Breno Fernandes Barros que “com a nova resolução do Banco Central, a ser publicada, as sociedades que receberam os incentivos fiscais da Sudene e órgãos similares terão de se transformar de imediato em sociedades de capital aberto”. Com a existência no Rio Grande do Norte de um bom número de empresas financiadas pelos artigos 34/18, é de se esperar que a movimentação da Bolsa de Valores aumente consideravelmente.

Banco do Rio Grande do Norte — Informou o presidente da Bolsa de Valores que o Banco do Rio Grande do Norte S/A se encontra na fase de preparo das documentações exigidas pelo Banco Central, a fim de se transformar em sociedade de capital aberto e lançar ações no mercado.

As operações da Bolsa — A Bolsa Oficial de Valores do Rio Grande do Norte, obedecendo a nova orientação do Banco Central, operará da seguinte forma: 1) negociará os títulos das firmas de capital aberto do Estado, diariamente, e os lançará em mercado nacional; 2) registrará as firmas consideradas de capital fechado, em mercado principal e em mercado secundário. As que se registrarem no setor de mercado principal terão suas ações negociadas diariamente nos pregões locais enquanto as do mercado secundário terão ações negociadas um dia por semana, exclusivamente no mercado local.

Entre as inovações constantes da Reforma Constitucional promulgada no dia 17 de outubro pelos Ministros Militares e vigorando a partir de 30 do mesmo mês, uma que teve inegável repercussão foi a do art. 196: "É vedada a participação dos servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da Dívida Ativa". Isto quer dizer que chegou ao fim o sistema de quotas e percentagens, que representava para os funcionários do Fisco, remuneração muito mais vantajosa do que o que percebem os demais servidores. De um modo geral e em média, estas vantagens significavam mais de 60% do que os cargos padronizados eram remunerados, no final das contas.

Não somente os grandes ou pequenos Estados da Federação viviam neste caminho, pois a própria arrecadação federal era comprometida com o sistema que vigorava há muitos anos, havendo quem o identificasse como vindo desde a Monarquia, um dos argumentos de que era absurdo e inadequado para os dias presentes. De uma hora para outra, num dispositivo isolado e perdido entre as Disposições Transitórias, modificava-se toda uma estrutura de privilégios e vantagens que,

Para servidores das Finanças

Nem cotas nem percentagens

Leonardo Bezerra

na verdade, era combatida por técnicos e empresários, principalmente porque condicionava o cumprimento do dever funcional, na fiscalização e na luta contra a sonegação de tributos, aos próprios interesses dos fiscalizadores na razão direta das multas que pudessem auferir. Houve, em vários episódios, acusações comprovadas de que esta "Indústria de Multas" era o corolário natural deste sistema distorcido e mal aplicado.

Mas, a sua extinção pura e simples, trouxe uma perplexidade indiscutível a toda a classe dos servidores do Fisco que indiscriminadamente pagavam com a inovação introduzida quase em sigilo no novo texto constitucional. A esta situação inapelável e definitiva, está se seguindo uma série de providências para que os funcionários da Receita Pública não percam o padrão de vencimento compatível com as suas atribuições e com o que percebiam

antes das modificações. Tanto o Governo Federal como a Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, por exemplo, já baixaram normas neste sentido, com a criação de quadros especiais que absorvem, com padrões fixos e permanentes, as médias atingidas no mês anterior, com as quotas e percentagens.

Aqui no Rio Grande do Norte medidas idênticas estão sendo estudadas pelas autoridades fazendárias, para serem aplicadas dentro dos próximos quinze dias. A dificuldade maior, para o esquema que está sendo elaborado, reside justamente no fato de que o sistema de quotas e percentagens existia não somente para o chamado "Setor de Fiscalização", como em outros Estados, mas, era concedido, também, para o setor burocrático da Secretaria de Finanças. A fixação de novos níveis salariais, atingiria, por semelhança funcional e de mandamento constitucional, a outros funcionários — datilógrafos, escriturários, oficiais administrativos, contínuos e serventes — que tenham identidade noutras repartições, do vencimento padrão, que eram acrescidos pelas quotas e percentagens, agora extintas, do pessoal do Fisco.

Mineração Tomaz Salustino S. A.

Curva das exportações (valor em dólares)

1965 - US\$	296.703.37
1966 - US\$	420.883.90
1967 - US\$	840.283.29
1968 - US\$	1.153.236.75
Previsão para 1969 - US\$	1.250.000.09

A empresa do Nordeste que mais produz divisas para o Brasil

CIT TOB

Construtora e
Imobiliária Ltda.

saúda os diretores

redatores e colaboradores

da revista

RN-ECONÔMICO

pelo interêsse em

prestar à indústria,

ao comércio, à agricultura

e aos demais setores

econômicos do Rio Grande

do Norte, um relevante

serviço de divulgação

e de valorização

das suas atividades.

Diário Oficial

em síntese

O DIÁRIO OFICIAL do dia 25 de outubro último, publica convênios assinados pelo Governo do Estado com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte — Caern — e a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — Cosern, para liberação de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo para essas empresas, através de subscrição de aumento do capital das mesmas.

À Caern foi destinada, de acordo com o documento, a soma de 400 mil cruzeiros novos; e à Cosern 1 milhão de cruzeiros novos.

Esses recursos serão aplicados, pela Caern e pela Cosern, de acordo com o que discrimina o plano de aplicações do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, respectivamente, nos programas de Saneamento Básico e Eletrificação do Estado.

Novo regulamento para o I C M

O Governo do Estado vem de estabelecer uma pauta fiscal uniforme para todo o Estado, fixando base de cálculo especial para incidência do ICM sobre o sal e o algodão.

Tendo em vista serem aqueles produtos de grande importância na nossa economia, a medida é interpretada como uma forma de incentivo ao produtor norte-riograndense, porquanto reduz os custos de comercialização do sal e do algodão.

De acordo com portaria da Secretaria de Finanças, publicada no DIÁRIO OFICIAL de 4 de setembro último, são os seguintes os valores mínimos criados pela referida pauta:

PARA SAL:

Embarque por via marítima

Tonelada 50,00

a) Sal grosso:

— saco de 60 quilos 3,60
— saco de 30 quilos 1,80

b) Sal moído:

— saco de 60 quilos 3,80
— saco de 30 quilos 1,90
— acondicionado em embalagem de 1 (hum) quilo por cada 30 quilos 2,40

PARA ALGODÃO:

a) Algodão Seridó

— Operações para dentro do Estado — quilo 0,65
— Operações para fora do Estado — quilo 0,80

b) Algodão Mata ou Sertão

— Operações para dentro do Estado — quilo 0,53
— Operações para fora do Estado — quilo 0,68

Scheelita pode render mais. É só questão de política

Em uma das conferências brasileiras de Comércio Exterior foi feita a advertência: "O principal entrave ao desenvolvimento da mineração é a instabilidade de preços". Contribuindo com uma parcela insignificante na produção mundial de scheelita, o mineiro do Nordeste do Brasil tem sempre o resultado de seu trabalho ditado pelo mercado Exterior e é esta instabilidade na sua cotação que ainda continua sendo um dos maiores entraves à exploração do minério. Por vezes, as oscilações verificadas no preço da scheelita tem alcançado situações consideradas graves.

Um retrospecto breve, partindo-se do final do ano de 1967, pode demonstrar a situação em que se apresenta o problema: em dezembro de 1967 a scheelita foi vendida a US\$ 43 por unidade de WO₃ (tungstênio) contida em uma tonelada curta. Em maio do ano seguinte, o seu preço se reduziu a um nível quase que catastrófico, chegando a US\$ 31, para se elevar, no mês de setembro a US\$ 39. Atualmente, alcançou a cotação satisfatória de US\$ 43.

Pesquisa, outro problema — A falta de um trabalho sistemático de pesquisas esconde ainda a grande verdade da existência de jazidas mineiras no solo do Rio Grande do Norte, particularmente, as minas de scheelita. Considerando que estas minas no Estado, nor-

malmente têm se manifestado sempre que as necessidades mundiais determinam, comentou o professor Mário Moacyr Pôrto, num trabalho que leu perante a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados: "Sempre que as necessidades mundiais de determinados minérios aumentam, ou por força das exigências de uma guerra ou conquista tecnológica que amplie os gastos de uma determinada substância mineral quase sempre a demanda do produto determina as "descobertas" das jazidas em nossa terra. Assim aconteceu com a scheelita, tântalo, nióbio, berilo etc., em terras do Nordeste e sem dúvida novas "descobertas" surgirão na medida em que as necessidades do mercado internacional ditarem a procura intensa ou mesmo, quem sabe, revelem as áreas prováveis da sua ocorrência, a não ser que se queira admitir que a concorrência das descobertas com a demanda resulte de mera coincidência".

Uma dúvida iminente ocorre então ao observador comum: se o solo do Nordeste guarda, com certeza, tanta riqueza mineral, por que, então, não explorá-lo. A justificativa: pesquisar é caro. A prospecção exige a aplicação de até milhões de cruzeiros novos. Os proprietários, quase que em regra geral, não dispõem da soma suficiente e, mesmo alguns com maior equilíbrio financeiro, temem enfrentar o empre-

endimento que, de qualquer forma, significa um risco. A busca de ajuda nos bancos não é ainda uma saída. Os bancos não financiam hipóteses.

Caminhos novos — Já foi dito anteriormente que, presentemente, novos caminhos se abrem para a mineração. O poder público já começa, através de seus órgãos competentes, a enfrentar o problema da pesquisa, mesmo sendo em fundo perdido. Através do IV Plano Diretor da SUDENE foram criados dois instrumentos para estimular a execução dos programas de recursos naturais: a Fundação para a Pesquisa de Recursos Naturais e o Fundo de Pesquisas de Recursos Naturais.

Sobre esta iniciativa, comenta o professor Mário Moacyr Porto: "este programa ou propósito de pesquisas minerais, mesmo a fundo perdido, processo, aliás, há muito adotado no Canadá, Austrália etc., é o único a conforma-se com a realidade sócio-econômico da região. O que se faz mister para que a iniciativa frutifique e se faça um efeito instrumento da dinamização das riquezas minerais, é que os órgãos náveis se comportem com espírito empresarial, com objetividade, isentos de enguiços burocráticos e atuantes, sem desperdícios, e que se avante pelos satisfatórios índices de sua produtividade ao invés de crescerem pelo aparato e hiper-

trofia dos seus servidores".

E ainda com grande otimismo, diz o Diretor-Presidente da Mineração Tomaz Salustino S/A que, animado por uma experiência de 25 anos de atividades na indústria extrativa de scheelita, pode afirmar que se o programa de que dispõe a SUDENE objetivar-se com a desejada competência e agressividade, não será demasia prognosticar que, em prazo relativamente curto, será modificado, substancialmente, a sofrida indigência de parte considerável da região.

Agressividade — Acrescentado a essa maior abertura do poder público, a comercialização da scheelita começa a sofrer uma maior agressividade. O mercado de scheelita no Rio Grande do Norte ressentia-se, sobretudo, da falta desta agressividade dos produtores que se limitavam, a vender a duas ou três firmas que, apesar de importantes e de serem consideradas idôneas, não ofereciam maiores e mais vantajosas perspectivas para os produtores e comerciantes. Em boa parte essa nova abertura deve-se a Mineração Tomaz Salustino S/A que dilatou, em grande escala, a faixa dos que compram os minérios do Estado.

Dez novas firmas, algumas que nem mesmo operavam no Brasil, entraram firmes no mercado e asseguram o pronto e compensador escoamento da produção. Obedecendo a essa dinâmica, uma de nossas firmas, só no ano de 1968 vendeu um milhão, cento e cinquenta e seis mil dólares de scheelita para diversos países europeus e, segundo as previsões, este ano esses números deverão ser ultrapassados.

Homens & Empresas

Plastoni incorporou Planosa — A Plastoni, mais antiga indústria de plásticos de Natal, acaba de adquirir o controle acionário da Planosa (Plásticos do Nordeste S. A.), única fábrica de utensílios de plástico da região, também localizada nesta cidade. Com a incorporação da Planosa, a Plastoni assumiu todas as responsabilidades da primeira. O ato de aquisição do controle acionário da Planosa foi realizado em reunião dos diretores das empresas envolvidas na transação e teve a participação da Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte, parte interessada no problema.

Granja Lawar — Até o final deste ano a Granja Lawar, maior projeto de avicultura aprovado pela Sudene, concluirá a captação de recursos dos artigos 34/18. Informou um dos diretores do empreendimento que até março do próximo ano, a Granja Lawar atingirá uma produção diária de 10 mil ovos e de mais de uma tonelada de galeto. Essa produção abastecerá o mercado do Rio Grande do Norte e de outros Estados nordestinos.

Cosern em Macau — A Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte, Cosern, inaugurará ainda este mês a energia de Paulo



ENG. ROMULO GALVAO

Afonso em Macau, última cidade da região salina que faltava ser atingida pela eletrificação. Para chegar a Macau, a Cosern passou pelos mais difíceis problemas, enfrentando um serviço de campo considerado o mais caro até hoje executado pela companhia. O diretor-presidente da Cosern, engenheiro Rômulo Galvão, afirma que o grande responsável pela eletrificação da Zona salina do Rio Grande do Norte (Mossoró, Areia Branca e Macau) é o Governador Walfredo Gurgel, que não mediu esforços para realizar esta obra.

INPS terá novo prédio — O Superintendente Regional do INPS no Rio Grande do Norte, sr. João Figueiredo, anunciou que a nova sede do órgão em Natal será inaugurada nos primeiros dias de dezembro próximo, em solenidade que terá a presença do Ministro do Trabalho e Previdência Social, e de importantes autoridades federais. A nova sede do INPS localiza-se à Av. Deodoro, tem 14 andares, e é o mais alto e mais amplo edifício da cidade. A sua construção esteve a cargo da Construtora Guarantã, e foi concluída num prazo de cerca de dois anos. Por sinal, a Guarantã é a mesma firma encarregada da construção do Hospital Geral e Pronto Socorro do Estado, obra em andamento, na qual o Governo Estadual investe mais de dois milhões de cruzeiros novos.

Distrito Industrial — O economista Benivaldo Azevedo, da Induplan, é contra a criação de um distrito industrial em Natal. E aponta as suas razões, dizendo: "Sou desfavorável por inúmeros motivos. Em primeiro lugar pela ociosidade de custosos serviços comunitários básicos; em segundo, porque a conviver satisfatoriamente em maioria das indústrias pode áreas residenciais, aproveitando a infraestrutura existente e facilitando em muito a vida da empresa e dos seus dependentes".

Ainda Distrito Industrial — O Chefe do Escritório Regional da Sudene no Rio Grande do Norte, economista Rômulo Xavier Barbosa, diverge sistematicamente do ponto de vista de Benivaldo Azevedo. Diz Rômulo: "A idéia da Cosern de implantar um distrito industrial em Natal é por demais oportuna e necessária ao sistema de desenvolvimento do Estado".

Caicó tem adutora — Companhia de Aguas e Esgotos do Rio Grande do Norte, Caern, resolveu o problema de abastecimento d'água em Caicó, construindo a Adutora do Itans, obra realizada pela Caern que inclui captação d'água, recalque e tratamento. Da soma aplicada na Adutora do Itans, participou o Governo do Estado com 500 mil cruzeiros novos, a Sudene com 100 mil, e o DNOCS com 100 mil, em material de construção. A inauguração da obra contou com a presença do Superintendente da Sudene, general Tácito de Oliveira, e do Governador Walfredo Gurgel.

Ponte de Igapó — Está em adiantada fase de construção a nova Ponte de Igapó, obra que coroará as realizações da atual administração estadual. A ponte atual continua provocando graves incidentes e prejuízos à economia de uma vasta região do Rio Grande do Norte, exigindo demoradas esperas dos motoristas que rumam para o interior ou vêm para Natal, e às vezes passando horas inteiras interditada.

Federação das Indústrias — A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte passará por importantes re-

formas internas, dentro das próximas semanas, passando a contar com um departamento de divulgação estruturado dentro da mais moderna técnica jornalística.



GOV. WALFREDO GURGEL

Governo de estradas — O Governador Walfredo Gurgel, verificando a importância econômica do asfaltamento da BR-227 (trecho Natal-Caicó), solicitou ao Governo Federal que delegasse esse trabalho ao Departamento de Estradas de Rodagem, de vez que a estrada não costava do programa prioritário do Ministério dos Transportes. Consequida a delegação da obra, determinou o monsenhor Walfredo Gurgel o início dos trabalhos de implantação do novo traçado da BR-227 (trecho Currais Novos-Acarí) para posterior asfaltamento. A meta do Governador é asfaltar todo o trecho que vai de Currais Novos até Caicó, passando por Acari e Jardim do Seridó. O trecho Caicó-Jardim do Seridó já está pronto. Para cumprir essa meta, o Governo do Estado vai aplicar mais de 25 milhões de cruzeiros novos.

Crédito, Financiamento & Investimento

O único projeto aprovado pela **Sudene** para o Rio Grande do Norte na última reunião do seu Conselho Deliberativo, realizada no dia 22 passado foi o da **Companhia Textil de Natal, NATECIA**. O total do projeto, em dinheiro, é de 6 milhões e 210 mil cruzeiros novos. A fábrica ficará localizada em Parnamirim e produzirá toalhas felpudas de todos os tipos, inclusive na "linha luxo".

A revista **Visão**, de agosto último, publicou em edição especial, os nomes das maiores empresas brasileiras. Na hora da verdade, o Rio Grande do Norte ficou em antepenúltimo lugar, com apenas três das suas indústrias sendo citadas entre as maiores. Superou o Amapá que teve apenas duas empresas citadas e o Piauí, só com uma. As indústrias potiguares relacionadas foram a **Salinas Guanabara S/A** que tem um total de capital mais reservas de 12 milhões, 849 mil cruzeiros novos; a **Confecções Guararapes** com um total de capital acrescido de reservas de 8 milhões, 696 mil cruzeiros novos e a **Sociedade Anônima Salineira do Nordeste — SOSAL** que tem por montante de capital e reservas 4 milhões, 973 mil cruzeiros novos. A **Guararapes** fica em Natal, enquanto que a **Salinas Guanabara** e a **SOSAL** estão em Mossoró.

O economista Hênio Melo, presidente da **Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte**, em viagem que fez a Recife no mês passado, pediu prioridade para o Estado nas pesquisas do **Furene**. Este é mais um departamento recém-criado pela **Sudene** destinado a pesquisas de minerais e suas localizações com o devido mapeamento geológico. As pesquisas que venham a ser efetivadas pelo **Furene** só serão pagas caso revelem resultados positivos, ou seja, a localização de minerais viáveis de serem explorados. Caso contrário, os governos estaduais não desembolsarão qualquer dinheiro pois o **Furene** considera o trabalho como "investimento perdido".

"Encontro da Indústria Nacional", será a forma como a **Sudene** dará conhecimento a todo Brasil do que fez pelo Nordeste nos seus dez anos de atividade. O Encontro será realizado no **Clube Internacional** do Recife e os trabalhos do **EIN** serão elaborados e estudados por cinco comissões técnicas: industrialização, agropecuária, recursos naturais, infraestrutura e promoção do homem. Um documento básico sairá do Encontro para mostrar quanto foi investido de forma produtiva no Nordeste através da **Sudene**. A divulgação do documento terá maior ênfase no Rio, São Paulo e Brasília.

A **Cofern** está contratando os serviços da **Administração Industrial de Planejamento — ADIPLAN** — para elaborar o projeto do futuro Distrito Industrial de Natal que ainda não tem lugar definido para localizar-se. Ele contará com toda infraestrutura — saneamento, água, energia, telefones — necessária para a implantação de futuras indústrias.

Muita gente interessada em projetos agropecuários no Rio Grande do Norte, principalmente após o início da implantação de dois deles: **Potengi Indústria Agropecuária e Companhia Pecuária e Agrícola do Nordeste — COPAN**. A nova feição tomada pelas duas fazendas-empresas cobertas de pastagens e com gado selecionado sendo criado sob engorda confinada e também solto vem impressionando vivamente os fazendeiros que agora procuram os escritórios de planejamento. Só na **Potengi** e na **Copan** os investimentos superam a casa dos 10 milhões de cruzeiros novos. Nas duas está sendo criado gado para corte em engorda confinada, cria e recria, além de reprodutores de sangue puro. A **Potengi** está localizada no município de Ielmo Marinho, enquanto que a **Copan** fica em Santa Cruz.

Dentro de pouco tempo, o nosso dinheiro não mais sairá do Rio Grande do Norte atrás de perfis de ferro para construção civil o que, entre outras vantagens, permitirá ao Estado ganhar muitos e bons cruzeiros a serem aplicados no seu desenvolvimento.

Para isso, nós, do **ESTE** — Escritório de Serviços Técnicos, elaboramos o projeto de instalação da **SIDERUSA** — Siderúrgica do Nor-

deste S. A., já aprovado pela **SUDENE**, que produzirá, em Natal, ferro redondo, perfis chatos e cantoneiras.

Como a **SIDERUSA**, nós, do **ESTE**, podemos projetar outras importantes indústrias para o Estado. Necessitamos apenas que você o deseje.

Venha conversar com a nossa experimentada equipe de técnicos.

ESTE - Escritório de Serviços Técnicos

Rua João Pessoa, 159 — 1º andar — Sala 16 — Edifício Amaro Mesquita — Cidade Alta

A Emprêsa Industrial Técnica S/A

no lançamento desta primeira publicação destinada ao homem de empresa do Rio Grande do Norte, vem congratular-se com a EDITORA RN-ECONÔMICO LTDA. pela oportuna iniciativa cujo objetivo maior é estimular as atividades industriais e divulgar o desenvolvimento do nosso Estado.

O RN-ECONÔMICO surge em boa hora, no exato momento em que a iniciativa privada do Rio Grande do Norte e de todo o país soma as suas forças para ajudar o Brasil a crescer num clima de paz e confiança em seu novo Governo.

José Nilson de Sá
Diretor-Presidente

Banco americano pode investir no Estado. Depende da conversa

Um banco da Geórgia — Estados Unidos — poderá aumentar os financiamentos que a COFERN e RIONORTE, ou mesmo o BANDERN, têm para conceder às indústrias do Rio Grande do Norte. Essa possibilidade, fácil de se concretizar, surgiu em contato mantido pelo sr. Hênio Melo, presidente da Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte, com o Departamento Internacional para a América Latina, do Banco da Geórgia. O presidente da COFERN esteve nos Estados Unidos, durante um mês fazendo parte de uma comitiva de brasileiros que foi até aquele País para ver de perto o que se faz em termos de planejamento e execução de projetos econômicos.

Dinheiro à vista — O Banco da Geórgia através do seu Setor de Financiamento Internacional para a América Latina, já concede financiamentos à Venezuela e à Colômbia. Agora, está interessado em conceder empréstimos ao Nordeste do Brasil. Para tratar do assunto e ver de perto estas possibilidades — segundo informações do sr. Hênio Melo — é que deverá chegar ainda no mês de novembro a Recife um dos diretores do Banco da Geórgia. A convite do presidente da Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte ele acrescentou em sua agenda uma visita a Natal.

Aqui, caberá ao presidente da COFERN a responsabilidade de convencer o representante do Banco das vantagens em conceder financiamento ao Rio Grande do Norte. Para isso vai contar com um argumento forte: um Estado com

um pequeno desenvolvimento industrial porém muito interessado em expandi-lo.

Agentes Internacionais — Na sua conversa o sr. Hênio Melo vai apresentar a COFERN, a RIONORTE e, possivelmente, o BANDERN como organismos indicados para agentes do Banco da Geórgia no Rio Grande do Norte. Acertado isto, os financiamentos serão concedidos a uma das três instituições financeiras, à qual caberá o repasse para os industriais potiguares. Ficará também como avalista do dinheiro emprestado.

Por hora são planos, afirma o economista Hênio Melo. Tudo dependerá da visita do representante do banco ao Nordeste e, principalmente, a Natal. Dependerá também de uma boa conversa para que se consiga concretizar estes planos.

Coisas na cabeça — Da viagem feita aos Estados Unidos, o economista Hênio Melo lamenta apenas não ter havido oportunidade de serem aprofundados alguns aspectos do desenvolvimento visto nos Estados Unidos. É que ele considera que muitas das atividades desenvolvimentistas também poderiam ser tentadas com êxito no Rio Grande do Norte.

Pelas atividades econômicas desenvolvidas, uma delas chamou mais atenção ao presidente da COFERN: fomento industrial. O que se executa lá pode ser tentado no futuro pela COFERN.

— Mas são coisas que ainda estão na cabeça. São idéias a serem amadurecidas e, por hora, ainda não podemos pensar em concretizá-las.

Legislação Fiscal

Nesta coluna comentaremos os assuntos fiscais que, de modo geral, e por sua atualidade face a legislação nova, consultam os interesses dos empresários.

Assim, reservamos para o primeiro número desta revista especializada um trabalho de compilação em torno da orientação fiscal a que tem direito o contribuinte, segundo nossa legislação tributária. O Sr. Edson de Carvalho, Inspetor da Receita Federal, em recentes considerações sobre o assunto, através do Estado de São Paulo, observou que não poderá sobreviver à competição contemporânea aquela que abandonar a problemática fiscal e administrativa. É pacífico o entendimento de que o sujeito passivo da obrigação tributária, do elemento participante do procedimento fiscal, do maior interessado na aplicabilidade dos dispositivos legais e administrativos, deve procurar a repartição competente, com a finalidade de sanar suas dúvidas, seus problemas, suas indecisões e agir de acordo com as determinações administrativas. A necessidade do tributo é indiscutível. Da sua larga faixa de alcance decorre o aumento da carga tributária com a exigência social na execução de obras inadiáveis e serviços prementes necessários à distribuição de uma justiça social impregnada de melhor distribuição econômica. Daí, portanto, o direito do contribuinte de exigir, ao lado das obrigações fiscais, pronto e efetivo atendimento às consultas, verbais ou escritas; considerando a obrigação da autoridade fiscal de solucionar pendências de forma rápida e eficaz, aplicando o direito querido e desejável em determinado momento. A vida moderna impõe soluções práticas e imediatas, constituindo-se, ainda, em grave herança do passado, a procrastinação de decisões.

O governo federal vem adotando as melhores contribuições de quantos já passaram pelas esferas administrativas, no âmbito do complexo fazendário para corrigir obsoletismos, distorções e até absurdos. É preciso pôr as cartas na mesa e abrir o jogo de forma autêntica, atual e prática. No plano administrativo, particular ou público, somente a descentralização poderá imprimir nova dinâmica funcional, ao lado da necessidade de integração direcional, hierárquica, programadora e coordenadora.

A Administração Federal tem procurado colocar em prática as determinações delineadas na reforma, segundo os preceitos do decreto-lei 200/67, tendo o Ministério da Fazenda empreendido, inicialmente, a reforma do setor da Receita Federal. Entenda-se por receita toda e qualquer parcela fiscal recebida pelos cofres públicos a título de tributo (impostos, taxas e contribuições de melhoria). Dessa forma, foram extintos os antigos Departamentos e Delegacias Regionais do Imposto de Renda, de Rendas Internas, de Arrecadação e de Rendas Aduaneiras. Efetivou-se a integração dos serviços públicos nos órgãos de cúpula encarregados da programação e execução da administração tributária federal. A orientação e aplicação dos preceitos tributários integrou-se, enquanto a distribuição geográfica junto aos contribuintes das repartições e a delegação de atribuições funcionais efetivou-se, tendo em vista a realidade da descentralização.

Verifica-se hoje que os diversos órgãos da Secretaria da Receita Federal instalados nas mais distantes regiões do País, estão organizados para atender o contribuinte de maneira global, segundo a distribuição de serviços de tributação, arrecadação, informações econômico-fiscais, administrativos e de fiscalização.

Dessa forma as Superintendências Regionais da Receita Federal estão encarregadas de orientar os serviços tributários em suas respectivas regiões fiscais. Por outro lado as Inspetorias da Receita Federal cuidam de toda parte processual de primeira instância administrativa, expedindo, também, certidões negativas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e do Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas; bem como legalização de livros e documentos fiscais; recebimento de declarações, etc.

Impõe-se a necessidade de constante contato entre as autoridades fiscais e os contribuintes para o pronto e efetivo cumprimento da legislação tributária e a eliminação dos concorrentes desleais, sonegadores, emitentes de notas frias e outros.

O desenvolvimento industrial do Nordeste está em pleno ápice. Todos os Estados da região recebem grandes investimentos, enquanto o Rio Grande do Norte se satisfaz com pequenos projetos. Os outros Estados se industrializam

BENIVALDO AZEVEDO

Economista

E nós, por que não?

Tem sido regra geral, na abordagem das perspectivas de desenvolvimento do Rio Grande do Norte, a evocação das suas potencialidades como ponto de partida para o desencadeamento do seu processo de industrialização. A frequência com que se contempla a possibilidade desenvolvimentista do Estado, através dessa ótica, levou-nos a incorporá-la como solução espontânea e natural, e mesmo a institucionalizá-la, como parte integrante de todas as dissertações sobre o futuro econômico do Rio Grande do Norte.

Nada mais crítico ou ilusório. A possibilidade de desenvolvimento industrial do nosso Estado é bastante limitada a partir de suas condições internas e levando em conta a problemática externa.

Do ponto de vista interno, os produtores tomados tradicionalmente como amigos estão esgotados. O algodão debate-se com a degeneração da cultura e com as fibras artificiais e sintéticas; o sisal e a carnaúba dispensam comentários; os minerios, com raras exceções, são inaproveitáveis economicamente a curto e a médio prazos pelo seu baixo valor intrínseco e dependência do mercado de longa distância; algumas outras ocorrências minerais registradas até agora não se revelaram capazes de exploração rentável; a piscosidade de nossas praias está sendo traída pela quase desnecessidade de instalações de terra, na moderna indústria pesqueira; o sal teve reduzidas as suas possibilidades de aproveitamento industrial diante do salgema de Alagoas e Sergipe, de muito menor custo de utilização. E isto sem falar no quase inexistente mercado que constitui o Estado e na artificialidade da economia dos seus principais pólos, Natal e Mossoró.

Do ponto de vista externo, sabemos todos que o problema de desenvolvimento industrial que se registra no Nordeste encontra-se em pleno ápice, em que a maioria das oportunidades já foram aproveitadas, dentro do esquema de substituição de importação do Centro-Sul. A perspectiva para o futuro próximo é de redução crescente do número de empreendimentos face, principalmente, às limitações de mercado regional e/ou nacional. E como o Rio Grande do Norte foi pouco aquinhoado na fase principal desse processo, é lícito esperar-se que o seja muito menos na sua fase de maturação.

No que pese a louvável intenção da SUDENE em descentralizar os investimentos in-

dustriais da região, propugnada no seu IV Plano Diretor, não tem sido e não será capaz de corrigir distorções já estruturais. Já estamos com alguns meses de sua vigência, apenas uma única empresa se realocizou para o Rio Grande do Norte, em função de seus critérios. Relocalizou-se e, até hoje, nenhuma outra localizou-se. A incapacidade do IV Plano em corrigir as distorções é uma consequência natural do esgotamento de oportunidades industriais no Nordeste cuja economia não devemos perder de vista, reflete a problemática nacional, hoje debatendo-se com problemas de continuidade no seu ritmo de crescimento, pela estreiteza do mercado consumidor. A realidade é extremamente preocupadora mas não de desesperança.

Há exemplos históricos de economias em situação muito mais difícil que conseguiram alterar totalmente os seus destinos naturais, apoiadas em esforços pacientes e, acima de tudo realistas. E nós, por que não?

Não nos devemos abater pela constatação de uma realidade chocante.

Ao contrario, devemos transformar a grandeza do problema na grandeza da luta em que todos — classes produtoras, homens públicos, povo — ofereçam sua parcela de estudo e trabalho, como tem feito a COFERN, quase sozinha, até agora.

As soluções e as saídas não deixarão de surgir, desde que pesquisadas e procuradas. Procurá-las e pesquisá-las como tarefa primeira e imediata. E, depois transformá-las em metas objetivas e permanentes e a elas nos agarrarmos na luta pela sua concretização.

Façamos um inventário das oportunidades industriais ainda viáveis no Nordeste e ofereçamos as melhores condições para o seu aproveitamento; utilizemos alguns ramos dinâmicos como confecções, e promovamos a sua integração horizontal; juntemos os produtores de algodão, sisal, em cooperativas centrais e levemos a eles a industrialização dos seus próprios produtos; lancemos uma política de incentivos no Estado. Joguemos finalmente o jogo dos leões como até agora foi jogado conosco, sem culpa dos parceiros.

Somente soluções próprias e originais serão capazes de alterar um futuro facilmente prognosticável. E como tarefa comum, sem exceções.

Notícias do Nordeste

Indústria cresce 9,8% — O Departamento de Industrialização da Sudene estima, a partir dos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo órgão que, no período 1965/1973, a indústria nordestina crescerá na proporção média de 9,8 por cento ao ano.

Pecuária — Conforme os dados publicados pela revista *Norte & Nordeste*, na região o rendimento em carne por animal é baixo, quer seja bovino, suíno ou outra qualquer espécie. Para a espécie bovina, têm-se somente uma média de 160 quilos de carcaça, quando a média brasileira é de 190 quilos. Tal fato — segundo a referida publicação — decorre das deficiências de forrageamento, da classe inferior do gado e de sua preparação deficiente, resultando num baixo rendimento do rebanho nordestino, que é o terceiro contingente regional do país. Ainda assim, com esse aspecto negativo, diz uma pesquisa do Banco do Nordeste do Brasil que o Nordeste, dentro em breve, poderá exportar carne para o Exterior.

Pesquisas minerais — O depósito existente no Banco do Nordeste do Brasil, em nome do Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais — Furene —, já atinge mais de NCr\$ 1,5 milhão. Segundo o Departamento de Recursos Naturais da Sudene, várias solicitações para o financiamento de prospecções de minérios já foram feitas, algumas delas partidas do Rio Grande do Norte. Entretanto, somente a partir deste mês poderão começar a ser atendidas estas solicitações.

Irrigação pelo DNOCS — O Nordeste terá mais 40 mil hectares de terras irrigadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que já iniciou os estudos para o início das obras no primeiro semestre do próximo ano.

Incentivos fiscais — De janeiro a setembro deste ano, a Sudene liberou um total de NCr\$ 312 milhões, contra NCr\$ 723 milhões de investimentos aprovados neste período. As previsões do Departamento de Industrialização são de que até o final do ano serão liberados NCr\$ 550 milhões.

Política certa — Para incentivar a construção de novos hotéis no Ceará, o Governo daquele Estado vai conceder isenção de impostos por oito anos à indústria hoteleira.

BID no Nordeste — O representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sr.

Evaldo Correia Lima, esteve em Recife para uma inspeção às obras que estão sendo financiadas pelo Banco e para manter contatos com autoridades da região sobre contratos firmados. O volume de crédito até o momento concedido ao Brasil pelo BID totaliza 653 milhões de dólares. Deste total, 165 milhões foram destinados ao Nordeste.

Fertilizantes — O Superintendente da Sudene, general Tácito Teófilo de Oliveira, determinou a formação de um grupo interno para estudo e estabelecimento de diretrizes, para implantação de complexos industriais de fertilizantes no Nordeste.

Investimento em Pernambuco — Os gastos com investimentos nos diversos setores de atuação do Governo de Pernambuco já estão programados para o triênio 1970/72, e gira em torno de NCr\$ 1.223.966.500,00 o montante de recursos financeiros que serão aplicados na construção de rodovias, escolas e hospitais, aquisição de equipamento agrícolas, geradores, abertura de poços tubulares, etc., empreendimentos básicos para manutenção do atual processo de desenvolvimento.

Comunicações — O Ministério das Comunicações informa que até o primeiro semestre de 1970 o sistema de discagem direta à distância deverá atingir o Estado do Ceará.

Quanto custa um emprego — O subemprego no Nordeste é problema dos mais agudos e o processo de industrialização, por mais rápido que seja, não poderá absorver a curto prazo o grande excedente de mão-de-obra do mercado. A implantação de indústrias modernas (altamente mecanizadas) traz margem a uma abertura de empregos pouco considerável, em relação ao alto investimento, ou seja: a criação de cada novo emprego custa muito caro. Em média, cada um dos novos empregos, a serem proporcionados pelos projetos aprovados até agora pela Sudene, exigirá um investimento da ordem de NCr\$ 30 mil.

Plano Nacional de Saúde — Está em plena execução em Mossoró o Plano Nacional de Saúde, instalado naquela cidade há pouco mais de um mês. O objetivo deste plano é, em linhas gerais, adotar as medidas essenciais de coordenação e controle das atividades de proteção e recuperação da saúde individual. Em outras palavras, levar a assistência médica a toda a população, sem as atuais discriminações.

SUDENE

ou a história de um jipe preto que mudou a imagem do nordeste

O jipe de côr prêta que cortava as estradas do interior potiguar há alguns anos era a única evidência de que a Sudene existia para o matuto desconfiado que cuidava de sua lavoura, abandonado à sua própria sorte e completamente esquecido dos poderes públicos, que somente apareciam em casos de sêcas e calamidades, mesmo assim executando um trabalho paternalista e improvisado.

Dez anos depois de sua criação, a Sudene é, ainda, um órgão que desperta controvérsias, mas inegavelmente, foi através dela que se implantou uma nova mentalidade na região. As chaminés das fabricas começaram a brotar como uma nova planta na paisagem monótona do Nordeste, mas a situação do agricultor permanecia a mesma. Para o matuto, a Sudene continuava a ser "um jipe preto com dois malandros dentro".

Abandono — Os incentivos advindos dos artigos 34/18 aceleraram o processo de industrialização dos Estados nordestinos, mas, por um lado, agravaram ainda mais os problemas da região, pois os recursos destinavam-se somente à área industrial, enquanto a agricultura permanecia na mesma situação de abandono. A defasagem entre a produção agrícola e a industrial passou a ser um fato.

A questão foi resolvida ao tempo em que o Sr. João Gonçalves assumiu o cargo de Superintendente do órgão. Sendo formado em agronomia, êle foi sensível ao problema. Só depois de muitas dificuldades conseguiu estender os benefícios dos artigos 34/18 à agricultura. E estava salva a pátria.

Há oito projetos agropecuários financiados pela Sudene no Rio Grande do Norte, atualmente. Quase todos destinam-se à criação, engorda e comercialização de gado selecionado e um dêles, o da Potengi Indústria Agropecuária

S/A, no município de Ielmo Marinho, já foi o maior da Sudene nesse setor. Um dos sócios do empreendimento, o Sr. Antônio Ribeiro, declarou que espera empregar cinco mil pessoas, o que é uma boa notícia para um Estado onde a mão-de-obra sobra em todos os setores. O custo total do projeto é da ordem de NCr\$ 6 milhões.

Outros projetos importantes são o da Companhia Pecuária e Agrícola do Nordeste — COPAN —, em Santa Cruz, destinado à criação de gado bovino e suíno, e o da Granja Lawar S/A, de Natal, que tem como meta a avicultura.

O que é um projeto — A Sudene está gastando, com os oito projetos do Estado, cerca de NCr\$ 20 milhões, mas a quantia poderá ser aumentada muitas vêzes, pois só no Piauí existe hoje um projeto calculado em NCr\$ 12 milhões. E a Paraíba já tem 56 projetos agropecuários sendo financiados. Falta ao agricultor potiguar perder a timidez e criar outra mentalidade, despertando para a nova realidade trazida pelo órgão.

As condições requeridas para a entrada com um projeto agropecuário na Sudene são semelhantes às exigidas para um projeto industrial. Em primeiro lugar, ela solicita que os interessados no empreendimento elaborem uma carta-consulta, para que se possa verificar se o projeto apresenta ou não aspectos prioritários para o desenvolvimento da região.

Em seguida, os técnicos verificarão se o projeto é viável. "Quando a carta-consulta é bem elaborada — diz o economista Rômulo Xavier Barbosa, chefe do escritório da Sudene em Natal —, ela, por si só, já se constitui na semente do projeto".

Entre os dados exigidos do interessado, a carta-consulta solicita informações sobre a empresa ou pessoa que está à frente do empreendimento,

exigindo inclusive informações a respeito da experiência anterior no ramo que se pretende explorar.

Depois, vem a localização, com estudos para constatar se o projeto realmente será implantado num lugar adequado. Novos estudos são feitos com relação ao mercado: haverá possibilidades de comercialização para o que se pretende produzir? Entra depois em apreciação o processo de produção: como — no caso de um projeto destinado à criação e engorda de gado — se selecionariam os animais?

Nessa fase, é feita a estimativa do investimento, cabendo à empresa propor o esquema de financiamento que deseja. A estimativa de faturamento futuro, que vem em seguida, é um dos pontos mais importantes considerados pela Sudene e um aspecto fundamental para se considerar definitivamente a viabilidade ou não do projeto.

Finalmente, a estimativa e o custo da produção. A carta-consulta deve esclarecer quais os incentivos pleiteados, que ficarão delineados no esquema de financiamento. Agora, é, remeter o projeto e esperar a apreciação dos técnicos e a palavra final, dada nas reuniões do Conselho Deliberativo, cada fim de mês.

Nova imagem — O jipe de côr prêta, agora, significa uma promessa de melhores dias para a agricultura e a pecuária da região. A imagem da Sudene nesse setor mudou tanto que o economista Benivaldo Azevedo, da **Induplan**, escritório responsável pela elaboração de três projetos agropecuários que foram aprovados tecnicamente, diz que o órgão é a única esperança da agropecuária no Nordeste e que os financiamentos e programas preparados pelos bancos são insuficientes para resolver o problema.

A mesma opinião tem o Secretário da Agricultura, agrônomo Cácio Medeiros. Para êle, o Rio Grande do Norte entrou atrasado na corrida para os incentivos dos artigos 34/18, embora a situação tenha mudado depois da instalação do escritório da Sudene.

A proibição da venda do leite "in-natura" diretamente ao consumidor, nos centros onde existem usinas de pasteurização, trouxe para Natal um problema econômico de proporção relativamente elevada, pelo menos na hora atual.

Leite pasteurizado, prós e contras

O produtor de leite que vende o produto ao preço de NCr\$ 0,60 por litro, é agora obrigado a vendê-lo à Inasa — Indústria de Laticínios de Natal S. A. — ao preço de apenas NCr\$ 0,38.

Por outro lado, a Inasa coloca no mercado o leite pasteurizado exatamente pelo mesmo preço que antes o consumidor pagava pelo leite "in natura", tendo inclusive capacidade de elastecer a sua oferta diária do produto que está na ordem de 7,5 mil litros, para até 25 mil, quantidade superior à demanda de Natal. É natural que o consumidor, na grande totalidade, não vai deixar de aceitar o leite pasteurizado, imune de impurezas,

ao preço antigo de quando era vendido "in natura", ainda mais levando-se em conta que não haverá oferta de leite na antiga condição, exceto em casos isolados que deixarão de existir com uma melhor fiscalização.

Solução — Resta agora saber se os produtores de leite estão dispostos a continuar ofertando o leite à Inasa por NCr\$ 0,38 por litro; se o Governo fixará um preço mínimo para o produto; ou se a oferta de leite cairá. Por enquanto, o problema não tem solução; centenas de produtores reclamam a medida e alguns deles se mostram dispostos a mudar de ramo.

SESI pesquisou 121 indústrias em Natal. Resultado surpreende

Natal possui 121 indústrias (com exclusão das de construção civil), de acordo com uma pesquisa efetuada pelo SESI, através de seu Serviço de Pesquisa (SERPE), que revela fatos surpreendentes a respeito da situação industrial da capital potiguar.

A pesquisa, elaborada com o intuito de possibilitar ao órgão a realização de um trabalho em termos mais racionais,

foi dirigida pelo padre Manuel Barbosa, formado em Sociologia pela Universidade de Louvain na Bélgica, e executada com o auxílio de estudantes da Escola de Sociologia e Política da Fundação José Augusto.

RECUSA — Apesar do alto cunho de seriedade que imprimiu aos questionários feitos, o SESI enfrentou a incompreensão de algumas indústrias que se recusaram a

fornecer dados. Apenas 102 foram objeto da pesquisa, enquanto 19 negavam-se a colaborar.

Nas empresas pesquisadas trabalham 2.744 operários, a maioria do sexo masculino, como era de se esperar. Quanto aos empresários natalenses, falta-lhes uma "mentalidade industrial", pois quase todas as fábricas visitadas são organizadas como propriedades individuais. As companhias limitadas (24%), as sociedades anônimas (23%) e as sociedades por cotas (2%) constituem, quase sempre, sociedades entre famílias.

A SUDENE foi objeto de críticas da maior par-

te (39%) dos entrevistados que, mesmo reconhecendo os méritos do órgão, fazem restrições à sua atuação. Um número pouco menor (33%) acredita plenamente no trabalho que está sendo feito, enquanto uma minoria discorda inteiramente da SUDENE. Para estes (8%), ela é um "cálide de empregos".

Para as empresas de construção civil — em número de 42 — serão preparados questionários especiais. A pesquisa, ainda não inteiramente concluída, será estendida depois a todo o Estado, permitindo traçar um perfil verdadeiro da situação industrial do Rio Grande do Norte.

PARA GANHAR DINHEIRO COMO UM DOS DONOS DO

BANCO INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE

você não precisa ter os problemas e o trabalho de um banqueiro. BASTA SER ACIONISTA.

Como toda boa ação, as ações do BICG têm uma virtude. Multiplicam-se (e os lucros também).



Banco Industrial de
Campina Grande S.A.

RN — ECONÔMICO CHEGOU

A idéia do RN - ECONÔMICO levou meses até ser concretizada. Sobre ela, discutimos longamente com jornalistas, com técnicos, com os empresários, principalmente, até chegarmos à caracterização exata das suas finalidades, da sua periodicidade, da sua linha, da sua circulação e da sua distribuição. Estamos circulando agora com 1.500 exemplares, número que atende aos resultados de uma cuidadosa pesquisa que realizamos em Natal, Mossoró e Caicó. Mas, a nossa tendência será aumentar sempre esta tiragem, pois cremos que não só os homens de empresa estarão interessados na leitura das nossas matérias sobre a realidade econômica, financeira e política do Rio Grande do Norte. Atingir a nova geração estudiosa do Estado, com a intenção de formá-la e informá-la, é um dos nossos interesses, pois a mudança de mentalidade é necessária para encontrarmos imediatamente o caminho do desenvolvimento.

Lançamos estas palavras para lhe sugerir que assine RN - ECONÔMICO, e assim preste sua parcela de colaboração ao nosso trabalho. A assinatura semestral custará apenas NCr\$ 15,00 (quinze cruzeiros novos), e sendo assinante você receberá pontualmente a nossa revista em seu próprio escritório, através de um sistema de entrega eficiente e responsável.

Para assinar RN - ECONÔMICO basta telefonar para 14 - 91 ou 12 - 09, ou preencher e recortar o cartão abaixo, remetendo-o para Editôra RN - Econômico Ltda. — Rua Seridó, 426, 1º andar — Natal (RN).

SOLICITAÇÃO DE ASSINATURA

Nome

Endereço p/entrega

Endereço p/cobrança

Profissão Telefone